

Militar critica aumento a servidores do

ZENAIDE AZEREDO

A elevação das gratificações dos servidores do Senado — passaram de 153% para até 367% — causou irritação e apreensão nas Forças Armadas. Esse aumento, para os militares, acaba com as pretensões de isonomia salarial entre os Três Poderes e contraria a Lei Delegada nº 1/92, segundo a qual somente o presidente da República tem poderes para rever os índices das gratificações salariais.

O ato isolado da Mesa do Senado foi divulgado pela imprensa, no último final de semana, surpreendendo os militares que buscaram,

sem resultado, informações oficiais sobre o aumento da GAL (Gratificação de Atividade Legislativa). Eles acham que a medida vai aumentar o abismo entre militares e civis do Legislativo.

O novo chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Leonel, não quis comentar o aumento, mas informou que a isonomia não está encerrada. Apenas terminou “sua primeira fase”, prevendo-se ainda uma “segunda e terceira fases”, afirmou.

Ele reconheceu que o país passa por uma “situação econômica difícil”, dizendo acreditar na sensibilidade dos poderes públicos para

a condução dessas negociações sobre a isonomia.

A maior revolta dos militares com o aumento anunciado para a GAL do Senado refere-se aos índices da defasagem nas perdas entre um e outro segmento. Com a inflação de 28,42% projetada para fevereiro, a perda salarial naquele mês estará em 162,9% nas três Forças. Isto porque até dezembro de 1992 essa perda era de 314%. Como houve o reajuste, na data base de 102%, seguido de um reposicionamento de 28,87% e uma taxa inflacionária de 28,67%, a perda salarial dos militares baixou para 104,73% em janeiro.

Com o acréscimo da inflação

de fevereiro, a perda subiu para 162,9%, enquanto os servidores do Senado — observaram os militares — são os únicos que não tiveram qualquer perda salarial.

Também na Câmara dos Deputados repercutiu mal a informação sobre o aumento isolado dos funcionários do Senado. Diante da pressão dos servidores para que lhes seja estendida essa medida. O presidente da Casa, deputado Inocêncio de Oliveira, anunciou a realização de uma reunião com todos os diretores da Câmara, do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal, para que seja avaliada a legalidade da medida adotada pelo Senado.

Quinta-feira, 4/3/93 • 9

Senado